

## **REVISITANDO EMANCIPADAS E INVERTIDAS – A PROPÓSITO DE HOMOSSEXUAIS NO ESTADO NOVO DE SÃO JOSÉ ALMEIDA<sup>1</sup>**

Graça Abranches

*Homossexuais no Estado Novo*, começa por nos dizer São José Almeida, é “um livro inacabado”, uma primeira abordagem que se propõe visitar silêncios, ocultações e apagamentos da nossa história recente com o objectivo de reinscrever e inscrever na nossa memória colectiva a presença na cidade dos homens e das mulheres designados por *homossexuais*. A autora descreve o trabalho que se propôs como “uma recolha, feita numa perspectiva de registo jornalístico, ...sobre qual era o estatuto da homossexualidade durante o Estado Novo e [sobre] como era [então] ter um comportamento afectivo e sexual de relacionamento com pessoas do mesmo sexo” (22). Esta sucinta descrição dos seus propósitos – e exacta sùmula do que efectivamente fez neste livro – deixa contudo em silêncio o singular alcance do gesto, o exemplar rigor da metodologia usada e a enorme importância que, em resultado disso, tem a publicação deste texto. Procurarei que isso fique comprovado nesta minha intervenção.

O período abrangido por este retrato extravasa os limites cronológicos do Estado Novo, como não podia deixar de ser, já que não foi o Estado Novo que fabricou os modelos de homem e mulher que procurou impor, nem foi o Estado Novo que inventou os “terceiros sexos”, nomeando e definindo sodomitas, tríbades, pederastas, homossexuais, invertidos, uranistas, sáficas e lésbicas; como também não forjou a partir do nada os mecanismos de regulação legais, policiais, médicos, sanitários, discursivos e culturais de que se serviu para encaixar as pessoas nas categorias “apropriadas” e para as fixar e manter nos lugares sociais que lhes estavam destinados. E se não fabricou ou inventou esses modelos e conceitos, nem as hierarquias e exclusões e discriminações que lhes são constitutivas – apenas se apropriou deles e procurou afeiçoá-los aos seus interesses – também o fim do Estado Novo não significou o seu automático desaparecimento. Não será difícil descortinar a prevalência ainda hoje de um sistema de sexuação simbólica que estabelece uma relação hierárquica, assimétrica, entre masculino e feminino; ou a presença, nas nossas vidas das relações sociais de dominação, controlo e exclusão que esse sistema sustenta e legitima. Também por isso este livro é importante. É que a história dos “terceiros sexos” – os “excluídos” do modelo dual –, história para a qual *Homossexuais no Estado Novo* dá um tão importante contributo, é efectivamente, também, a história deste modelo binário, a história da “invenção do natural” e da “fabricação do feminino e do masculino”; e nesse sentido é, como história política do nosso sistema de conceptualização dos sexos, absolutamente essencial para podermos entender o

---

<sup>1</sup> Este texto de apresentação de *Homossexuais no Estado Novo*, de São José Almeida (Lisboa, Sextante Editora, 2010), foi escrito para a sessão de lançamento do livro em Coimbra, na livraria Almedina Estádio, no dia 8 de Junho de 2010.

que se joga hoje nas construções, desconstruções e reconstruções identitárias que têm o sexo como referência. Qualquer que seja a orientação ou orientações do nosso desejo e dos nossos afectos.

O arco temporal da “reportagem” histórica que nos oferece este livro é delimitado pela Lei sobre a Mendicidade de 1912, em que a “prática de vícios contra a natureza” por parte de homens ou mulheres passa a ser punida por lei (note-se que as mulheres são explicitamente referidas no art.º 24º) e pelo novo Código Penal de 1982 (em que foram eliminados os artigos – 70º e 71º – que regulamentavam as medidas de segurança aplicáveis “aos que se entreguem habitualmente à prática de vícios contra a natureza”). 1982 é, não por acaso também, o ano em que o Centro Nacional de Cultura, dirigido por Helena Vaz da Silva, organizou os “encontros Ser (homo)sexual” e publicou, na revista *Raiz e Utopia*, um pioneiro dossier sobre homossexualidade, coordenado por Regina Louro. São portanto estas sete décadas (1912-1982) – o período em que a “prática de actos homossexuais”, designados por “vícios contra a natureza”, é, no século XX, sancionada por lei em Portugal – o “tempo” em que São José Almeida “monta” o seu cenário. Um cenário que vai sendo construído através do levantamento dos modos como a ciência (medicina forense e psiquiatria) e a lei definiram o que era ser homossexual; da forma como as polícias e os tribunais perseguiram e sancionaram aqueles e aquelas que acusaram da “prática de vícios contra a natureza”; dos meios usados – por agentes da autoridade e por civis – para intimidar, chantagear e silenciar as pessoas; da maneira como funcionaram as duplas bitolas em função da classe social e da filiação política; de como é que a percepção e a vivência da homossexualidade foi afectada pela experiência da guerra colonial; e, por fim, da topografia semi-invisível dos locais públicos, semi-públicos ou privados de encontro e/ou de convívio. De tudo isto se faz a cena – que é a cidade, afinal – em que é situada a evocação dos homens e mulheres concretas que procuraram, nesse tempo e nesse lugar, viver relacionamentos sexuais e/ou amorosos com pessoas do mesmo sexo. Uma evocação que é composta por um riquíssimo conjunto de instantâneos de vida.

Para a construção deste cenário e para esta evocação, São José Almeida reuniu e coligiu inúmeros dados e documentos dispersos em bibliotecas e arquivos, muitos deles esquecidos; ouviu e leu um conjunto variado de investigadores e investigadoras, de activistas e militantes; recolheu testemunhos de vida em primeira mão. Não havia até agora nenhuma obra onde esta informação estivesse reunida, e onde, de uma forma tão acessível e com tanto rigor, nos fosse possível ouvir esta pluralidade de vozes, de opiniões não necessariamente coincidentes, e de reflexões.

Queria sublinhar estes dois aspectos – o rigor na identificação das fontes e na atribuição das opiniões ou posições, e a procura de uma pluralidade de vozes e reflexões. Virtudes do excelente jornalismo que pratica São José Almeida – e que não representam, como as suas leitoras e leitores habituais bem sabem, qualquer estratégia destinada a esconder a sua opinião, sempre corajosa e desassombrada; trata-se antes, muito simplesmente, de escrupulo profissionalíssimo de justiça e exactidão. Qualidades tanto mais importantes quanto se trata

aqui de “dar visibilidade”, de resgatar a memória e reinscrever na cidade vidas e experiências pessoais que foram estigmatizadas, silenciadas, muitas vezes vividas numa clandestinidade forçada, ou recolhidas na discrição da intimidade.

E aqui chego a um outro grande mérito deste livro neste trabalho de resgate e reinscrição – e que foi o de tornar visível a presença das lésbicas na cidade e de identificar vários dos mecanismos de ocultação dessa presença que continuam a operar ainda hoje.

Digo isto porque continua a ser banal – e aceite – entre nós a exclusão das mulheres da narrativa histórica, ou quando muito, a sua inclusão em nota de fim de página ou de capítulo. Podia multiplicar os exemplos, mas, em ano de centenário da República, convido-vos apenas a correr as obras de referência (cronologias, dicionários, enciclopédias, compêndios) e a ver o nada ou pouco que aí se diz. Também não é difícil verificar como a concessão de honras de capítulo, de livro inteiro, ou de sessão pública à história das mulheres, exige normalmente um “asseio” – em nome da propriedade necessária à aceitabilidade “científica” ou académica – que implica a exclusão higiénica de “radicalismos”, e, conseqüentemente, das lésbicas. Lembro aliás, a propósito de radicalismos, que “feminista radical” continua entre nós – em meios cultos, ou ditos “cultos”, até “radicais”, excepto no “feminismo”, claro – a ser o mais comum eufemismo para lésbica (sou, ou Fulana é, feminista, mas não feminista radical – por certo porque essa é a “separatista”, a que odeia os homens e que “perverte” as mulheres, quer dizer, a lésbica<sup>2</sup>).

Esta atitude tem antecedentes. Também em finais do séc. XIX e durante a I República foi obsessiva a necessidade sentida pelas feministas de distinguir entre “o verdadeiro feminismo” (o seu) e o “falso” feminismo, que era, como diziam, o das masculinistas, das insexuais, das “estrangeiras”, das “ridículas”, das fora-do-seu-sexo, das histéricas e das invertidas. No Estado Novo, desaparecido o “verdadeiro feminismo” da I República, foi o *feminismo* “tout court” que passou a ocupar o lugar de que era necessária a demarcação – até porque suspeito agora também de bolchevismo. Em 1936, Elina Guimarães comentava como “muitas escritoras portuguesas, depois de terem brilhantemente defendido a causa da mulher” acabavam com a “declaração peremptória: ‘Eu não sou feminista.’”<sup>3</sup>. Todas, todos aqui, por certo, já algum dia ouvimos isto em algum lado. Talvez nem todas nos tenhamos detido na pergunta pelos processos culturais, pela arqueologia das “aprendizagens” que enformaram esta reserva. Que é, em última instância, misógina e lesbianofóbica.

A verdade é que, logo a partir dos anos 30 do século XIX, tempos em que não havia ainda “homossexuais” (cuja “invenção” como “espécie” Foucault, num passo célebre de *A Vontade de Saber*, data de 1870), mas em que já havia “terceiros sexos”, que este conceito impreciso (e por isso mesmo muito “útil”, já que podia designar uma multiplicidade de sujeitos, de comportamentos e, dir-se-ia hoje, de identidades) se começa a consolidar como categoria mais restrita. “Terceiro sexo” passa então a designar, por um lado, pederastas e tríbedes, como na

<sup>2</sup> Para o ridículo da acusação de separatismo em Portugal, que continua aliás hoje em dia a ser feita às lésbicas, vejam-se os comentários lapidares de Dee Pryde (2010:6).

<sup>3</sup> *Portugal Feminino*, 1936, 77, 13.

altura se lhes chamava, e, por outro, as mulheres que se querem “emancipar”. Destes três “terceiros sexos” – pederastas, tríbades e emancipadas – as duas últimas figuras, a tríbade – que mais tarde será a sáfica, a lésbica ou a amazona – e a emancipada, porque querem escapar, ou escapam mesmo, ao domínio dos homens, vão-se confundir e cruzar nos discursos e no imaginário de uma forma tão cerrada que se torna por vezes inextricável. A lésbica e a emancipada irão fazer, durante muito tempo, história comum. De certo modo até hoje, como argumentei, para o caso português, em “Homens, mulheres e mestras inglesas” (Abranches, 2001). Na sua magnífica história cultural do terceiro sexo, Laure Murat veio ilustrar abundantemente como a história comum dessas duas figuras se autonomizou da dos “pederastas” na França do século XIX ao ocupar um importante lugar no imaginário e na ficção romanesca, desde o Romantismo ao Decadentismo (Murat, 2006:84ss.). Também Lillian Faderman tinha já situado na década de 30 do século XIX, para a Inglaterra e Estados Unidos da América, os primeiros casos de designação das mulheres que reivindicavam oportunidades de educação e autonomia como “insexuais” (“unsexed”) e como “semi-mulheres” (“semi-women”) (Faderman, 1981:239) – “insexuais” foi aliás um termo de uso corrente entre nós para designar feministas e sáficas ainda nas primeiras décadas do século XX. Tudo isto para dizer que quando, na segunda metade do século XIX, nascem “o” e “a” homossexual – num processo aliás muito bem sintetizado no capítulo 2 (“A doença que é preciso curar”) de *Homossexuais no Estado Novo* – a “espécie” homossexual nos termos em que a medicina legal e a psiquiatria a definem para as mulheres é claramente herdeira – e legitimadora – destas narrativas. A lésbica continua a confundir-se com a emancipada, e a emancipada a confundir-se com a lésbica.

Não é acidental que, como aliás tem sido assinalado, a invenção e a caracterização da categoria patológica da homossexual, da “verdadeira invertida”, sejam contemporâneas dos primeiros movimentos feministas de final de Oitocentos. Mas o que é interessante verificar é como, qualquer que seja o modelo “científico” da “inversão” definido pela sexologia deste período – “sexo intermédio” (na fronteira entre os dois sexos) ou extremo do sexo (a determinação da preferência sexual vista como causada pela repugnância pelo sexo oposto, mais do que pela partilha de algumas das suas características, como no caso anterior) –, e independentemente da importância relativa atribuída a causas congénitas ou hereditárias, por um lado, e à influência do meio e da educação, por outro,<sup>4</sup> a caracterização *científica* da invertida passa invariavelmente pela enumeração de um elenco de comportamentos e atitudes que eram vistos socialmente como característicos das mulheres “emancipadas” ou em vias de emancipação<sup>5</sup>. Deixem-me exemplificar com um passo de *A Vida Sexual* (1900), de Egas

<sup>4</sup> Em ambos os casos se sustenta geralmente o carácter determinante das condicionantes – sejam elas genéticas, sociais ou morais. A importância de acentuar essa causalidade inescapável reside, como é evidente, no perigo de o lesbianismo (ou a homossexualidade) poderem ser vistos como uma opção, o que coloca a questão de a heterossexualidade ter o estatuto de uma simples “opção” também (deixando a nu os mecanismos que sustentam o sistema de “heterossexualidade obrigatória” (“compulsory heterosexuality”, na designação de Adrienne Rich).

<sup>5</sup> Veja-se o que Freud escreve em “Sobre a psicogénese de um caso de homossexualidade feminina” (1920). Depois de referido o “complexo de virilidade” fortemente acentuado e a inveja do pénis que a

Moniz – uma obra profundamente influente em Portugal, proibida em 1934, mas que continuou a circular encapada a papel ferro ou a papel costaneira, e a ser avidamente lida ainda nos anos 60. Diz Egas Moniz sobre o que designa por *estado de viragindade* da lésbica:

Quando a tribade adquire hábitos masculinos diz-se que adquire o estado de viragindade. Fuma, evidencia vocação para os trabalhos masculinos e sente repugnância pelos trabalhos de costura (462).

[Prefere] usar os fatos pertencentes ao outro sexo....Dentro duma forma feminina existe uma alma de homem<sup>6</sup> ...Sente-se vigorosa para a luta. Atraem-na mais as ciências do que as artes; estima mais o seu cavalo e a espingarda, com que se entrega aos mais violentos hábitos de *sport*, do que o piano e a máquina de costura. E querendo encontrar dentro do seu sexo paradigmas para imitar, ou admira as mulheres másculas da história ou as que, na sua época, *se salientaram pela inteligência ou actividade* (463, itálico meu).

A inteligência e a actividade – recorde-se que, de *Sex in Education* (1873) de Edward H. Clarke aos estudos de antropologia criminal de Cesare Lombroso, as consequências maléficas para o organismo feminino resultantes das ocupações intelectuais tinham sido já então *cientificamente* mais do que provadas. Se atendermos ainda a que o fenómeno da “inversão” lésbica era então visto como epidémico na Europa e como muito espalhado em Portugal,<sup>7</sup> perceberemos que estavam criadas as condições para, através da patologização de todo e qualquer comportamento visto como menos “feminino” (e que passa a ser lido como sintoma de doença e perversão sexual), se conferir uma nova e fortíssima legitimação científica à necessidade de uma rígida fronteira entre os sexos – isto é, entre o que é próprio de cada sexo – e se tentar afastar o velho pesadelo da “confusão” dos sexos e da autonomia das mulheres. Não é de estranhar que em 1909 a feminista republicana Maria Veleda se queixasse já de como o termo *invertida* tinha entrado no discurso dos “inimigos da mulher” para designar as mulheres “emancipadas”<sup>8</sup>.

É esta construção, esta identificação da “emancipada” com a “invertida” que encontramos na literatura, na ciência e no discurso comum (para não falar na religião!), que vai tornar a figura da lésbica num tão poderoso instrumento de condicionamento ortopédico das mulheres. A mulher que saia do seu lugar, que manifeste “autonomia”, que diga não – é doente, é perversa, e “não é mulher”. E não há aqui qualquer paralelo possível com o, aliás gravíssimo,

---

paciente manifestava, Freud esclarece: “Era propriamente uma feminista. Achava injusto que as raparigas não tivessem o direito de gozar das mesmas liberdades dos rapazes, e, de uma forma geral, revoltava-se contra o destino da mulher”.

<sup>6</sup> Egas Moniz usa aqui a definição do “terceiro sexo” dada pelo jurista alemão Karl Heinrich Ulrichs em 1864: uma “alma de mulher num corpo de homem”, ou “uma alma de homem num corpo de mulher”, uma fórmula “explicativa” muito usada posteriormente.

<sup>7</sup> “O tribadismo está bastante espalhado e grassa com grande intensidade, epidemicamente mesmo, nos centros mais populosos da Europa. [...] As práticas sáficas têm-se divulgado extraordinariamente mesmo entre nós” (Moniz, 1900:461; 469).

<sup>8</sup> Comentando as estatísticas de criminalidade feminina, Veleda escreve “não foram as emancipadas, as *invertidas*, como acintosamente lhes chamam os inimigos da mulher, – não foram elas que prevaricaram, foram as ignorantes” (Veleda, 1909: 199).

“não sejas maricas!”. A revolta e a luta contra situações de opressão, escravatura, discriminação ou exploração – formas de sair, ou tentar sair “do seu lugar” – são, nos homens, heróicas e admiráveis. Fazem-nos até mais homens ao fazê-los mais *humanos*. Nas mulheres, a revolta e a luta – como o poder e o mando – é um “sair do seu lugar” que é sempre visto como deixarem de ser mulheres, quererem tornar-se “homens”, o que não quer dizer, para as mulheres, e como bem sabemos, tornarem-se “mais humanas”. Será, na melhor das hipóteses, uma ridícula imitação ou contrafação; na pior das hipóteses, uma aberração patológica, uma disfunção porca e compensatória de histerias, frigidezes, ninfomanias, onanismos ou... lesbianismo.

Décadas a fio estes recados, estas admoestações, estas injunções, foram repetidas, em vários tons, em múltiplos registos e por vários meios – numa vozearia saturante que é o contraponto dos silêncios e das negações que, sempre se diz, rodearam a “sexualidade feminina”. Mas Foucault também nos ensinou a desconfiar desses silêncios e a procurar identificar os mecanismos discursivos de produção do dispositivo da sexualidade, e os instrumentos discursivos de normalização e controlo dos nossos corpos de que se serve o poder, ou que servem os poderes. Por isso é importante ter presente que em muitos discursos – para além do da medicina e da psiquiatria – a lésbica /a emancipada continuou a estar presente pelo século XX afora. Antes, durante e depois do Estado Novo. Numa tradição que vem de trás, estas figuras surgem frequentemente em enredos que integravam o clássico triângulo hetero-lésbico, em que à “volúpia” despertada pelo espetarismo das relações lésbicas se segue a “conversão” e domesticação das invertidas (das duas, ou apenas da mais nova e tenra, classicamente loira, tendo geralmente nesse caso a iniciadora no vício, a “verdadeira invertida”, que é a morena, o horrível fim que merece). Esta trama, típica da literatura licenciosa, erótica e pornográfica – mas que é claramente ilustrativa do modelo de sexo normal e sexo perverso que a medicina e a psiquiatria tinham construído –, surge também, geralmente como enredo secundário, na literatura maior; aparece em livros e folhetos de divulgação e educação sexual das mais variadas proveniências; mas também, mais “codificado” mas claramente perceptível, em romances “leves” e educativos para senhoras e meninas; em manuais e guias de comportamento na sociedade ou no lar; em colunas de revistas ou suplementos femininos. George Sand é um importante signo destes códigos. A “estrangeira” inglesa, alemã ou americana, também.

Estamos em Coimbra. E por isso gostaria de exemplificar estes “recados”, estes “avisos” dados às mulheres e aos homens com *Sedução*, a novela publicada em 1937<sup>9</sup> pelo então jovem estudante da Universidade de Coimbra, José Marmelo e Silva (1911-1991). O livro deu escândalo, Marmelo e Silva teve que deixar Coimbra, acabando depois por se formar em Lisboa. A história narrada baseia-se num caso real, como à época era voz corrente na cidade e como o autor confirmou em entrevista dada ao *Diário de Lisboa* em 1960. A novela

---

<sup>9</sup> Em 2007 foi publicada uma 7ª edição da novela pela Campo das Letras. A edição de que cito é a 5ª, com prefácio de Arnaldo Saraiva, publicada pela Caminho em 1989.

entusiasmou (e entusiasmo ainda hoje) muitos dos nossos mais respeitados intelectuais<sup>10</sup> – pela “inovação formal” do texto, pelo “carácter insólito da análise”; mas também, como reza um ensaio de 2009 (!), porque “em apenas 158 páginas [o autor] derruba *todas as grades do desejo e dos preconceitos sexuais*.” (itálico meu; Couto, 2009). Vejamos quais...

*Sedução* é a história de uma “vítima”, o narrador, Eduardo, e de um monstro, de proporções “sobre-humanas” (135), a sua irmã Maria Noémia. A morte prematura de um pai, que a mania das nobrezas lançara na ruína, arrastara a família para uma vida modesta em Coimbra e abriu o caminho à “ditadura de Maria Noémia” (59). À custa de enormes sacrifícios, “com uma tenacidade e um talento *estranhos*” (58, it. meu), Noémia conseguirá fazer brilhantemente a Escola Normal, e de seguida, já a sustentar a mãe e o irmão com o seu salário de professora, tirar o curso de Direito. O “autoritarismo” (58) desta chefe de família forçada provocará em Eduardo o “recalcamento do gosto pelo estudo” e a “rebeldia” (59): fica reprovado no liceu, faz uma fuga de casa, e mais tarde encontrará “refúgio” na poesia (60). Entretanto, com “calculismo hipnótico” e “maquiavélica intenção”, Noémia convence a mãe a regressar à aldeia natal, “corta a carreira” coimbrã ao inútil Eduardo que não anda para a frente nos estudos, e abre-lhe uma “lojinha de fazendas” na província (61). Já então a “horrenda solteirona” (no momento da narração Noémia tem 34 anos, mais 10 do que o narrador) abandonara “a órbita do seu sexo” ao “subir à advocacia” (108). Assim “insexuada” (107) pelos estudos, pela profissão e pela autonomia financeira (também, como seria de esperar, tem buço (56), fuma e usa “calças masculinas”(108)), a “histérica” Noémia não poderia deixar de abraçar mais outra carreira: a de “preceptora” (150) do vício. Fá-lo-á com o mesmo brilhantismo e profissionalismo que põe em tudo o que faz, exercendo uma sedução hipnótica sobre uma enorme roda de discípulas, entre as quais se contarão as jovens que Eduardo quer – sem êxito – seduzir. Como Marta, ou as que ele designa como “as minhas mulheres” (150), entre as quais Julinha, a regente escolar que se lhe dava “de pé” (124) antes de ter caído “na teia de aranha mortífera de Noémia” (131). Só a “sopeira Antónia” escapa (porque povo?) ao império desta “natureza diabólica” (118) – mas escapa para ser “raivosamente” violada (115) por um Eduardo que “odeia a violência” (128), e que se justifica do acto pelo nojo que lhe causara o “cheiro desprendido” pelo beijo voluptuoso de Marta e Noémia, que acabara de presenciar (114) – *odore di femmina?* Ou será que, como gosta de dizer Marie-Jo Bonnet<sup>11</sup>, as lésbicas cheiram *mesmo* a enxofre? Eduardo cheira, vê e ouve. Ouve palavras trocadas *em inglês*. A língua dos amores aberrantes, a língua em que a educada Noémia fala com as suas amantes é, diria eu que inevitavelmente, o inglês (115; 174). Eduardo, esse, tenta, sem êxito, “coeur à coeur”, seduzir em francês (92).

O título originariamente pensado pelo autor para *Sedução* (e abandonado “pela sua violência”, diz Arnaldo Saraiva) fora *O sexo de Maria Noémia* (15). E, com efeito, é “o segredo

<sup>10</sup> Refiram-se, entre outros, Mário Sacramento, Urbano Tavares Rodrigues, Adolfo Casais Monteiro, José Saramago, Baptista Bastos, Arnaldo Saraiva, Álvaro Manuel Machado, Liberto Cruz, Nuno Teixeira Neves.

<sup>11</sup> Marie-Jo Bonnet, *Les Relations amoureuses entre les femmes: XVI<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Odile Jacob, 2001[1995] : 13 ; *passim*.

do sexo de Noémia” (156), do seu poder de sedução, que constitui a obsessão do anti-heróico e solipsista Eduardo, que sonha um impossível enredo libertino de *Don Juan*<sup>12</sup>. Saraiva sugere que *frustração*, termo formal e semicamente mais importante no texto do que *sedução*, nos daria uma melhor chave da obra, e dos dramas de Noémia e de Eduardo. Com efeito, da perspectiva do narrador, fora a frustração que fizera despertar em Noémia, uma Noémia “mirrada, abstinente e horrivelmente feia” (56), a sedutora, a “raposa vil” (130) ou “aranha mortífera” (131). É que a pobre Noémia tinha sido condenada à *abstinência forçada* de relações sexuais “normais” pelo abandono do noivo, aos 17 anos, a seguir à ruína da família (135-6). A frustração de Noémia é a frustração das “insatisfeitas” (193); e a “generosidade” da explicação do seu abandono por mesquinhas razões financeiras – que nunca nos faz esquecer que ela é horrivelmente feia –, serve a tese do romance de que a moral hipócrita do sistema político vigente e o tabu da virgindade são a verdadeira causa da “monstruosidade” (193) nas mulheres e da frustração sexual nos homens. Nas palavras do narrador, Noémia só pudera seduzir as suas vítimas quando lhes dissera: “Vinde a mim! *Porque o meu abraço não degola a flor de laranjeira, e ela vos é indispensável para o dia dos esponsais!*” (193). Noémia, ao contrário de Eduardo, revela-se assim incapaz de questionar, como deveria, a “mitificação pré-nupcial do hímen” (207) e a ordem moral vigente. Limita-se a transformar a falta de homem em “ódio aos homens”. Não espantará, por isso, que, nesta que Arnaldo Saraiva considera a “primeira obra autêntica (e de qualidade) incorporável [no] movimento [neo-realista português]” (47), Noémia junte a outras fealdades o ser politicamente reaccionária (59) e anticomunista (137).<sup>13</sup>

Alarguei-me neste resumo comentado de *Sedução*, porque não conheço, na literatura portuguesa, um desenho de monstra mais monstruosa do que a lésbica Maria Noémia. Mas também porque não conheço melhor ilustração das consequências da associação do ataque ao tabu da virgindade – tão central nas várias “libertações sexuais” progressistas do século XX – com um modelo hidráulico androcêntrico de *repressão* sexual (é só tirar a tampa e deixar sair); um modelo que, por definição, não questiona os parâmetros sexistas do modelo patriarcal de sexualidade e não faz uma leitura política – quer dizer, feminista – das relações entre os sexos. Este modelo subjacente a *Sedução* é o modelo que informa outros discursos que, na

<sup>12</sup> Na já referida entrevista que Marmelo e Silva dá ao Diário de Lisboa (Silva, 1960), o autor define assim o motivo balético que pretendia extrair de *Sedução* (a obra fora originariamente concebida, diz-nos o autor, como Ballet): “Tratava-se de por frente a frente, numa luta dramática [...] os eternos mitos de Safo e D. Juan. Safo, a aparência convincente e mistificada, o disfarce do Anti-Natural, a corrupção mergulhada na sombra e no recato, a destruição diabólica e invisível; D. Juan, a aspiração livre e natural, o equilíbrio que se busca permanentemente, o ranger das leis sociais inajustadas, o belo e invencível argumento do *sexo-vida*. [...] a vida acabaria por triunfar e o pensamento do homem por reconhecer em D. Juan a autêntica vitória. [...] Noémia [é] uma espiritualista conversa, mistificadora da moral, pedagoga do seu vício, sáfica.

<sup>13</sup> Arnaldo Saraiva adopta claramente o ponto de vista de Eduardo quando argumenta que Noémia “se põe, até, paradoxalmente, ao serviço da repressão, das instituições, da lei [...] a sua transgressão será mesmo a garantia da aplicação da lei económico-sexual). *Já o mesmo não sucede com Eduardo*, cuja revolta é, desde o início, não só contra Noémia, mas também contra tudo o que ela representa.” (46, *italico meu*). Ou seja, para Saraiva (como para Marmelo e Silva, que legitima no romance o ponto de vista do narrador) só “a revolta” de Eduardo será política.



época, se fizeram ouvir entre nós na defesa “progressista” do amor livre<sup>14</sup>, e de que destacaria, pela enorme importância que teve, o «Estudo V», com que Jaime Brasil fecha *A Questão Sexual* (1932) e que se intitula, precisamente, «Liberdade dos sexos». Tal como *A União dos Sexos*, do mesmo autor, *A Questão Sexual* será mandado retirar de circulação pela Censura em 1936; mas continuou a ser “um tesouro” que circulou clandestinamente e foi muito possivelmente o mais importante “manual” progressista de informação/educação sexual em Portugal até aos anos 60 do século XX.<sup>15</sup> Para o autor, a liberdade sexual que era necessário ainda conquistar era a liberdade sexual das mulheres: o homem “há muito já que a conquistara”, e apenas o facto de persistir uma dupla moral sexual provocava as “tirantias” e “injustiças” que persistiam nas relações entre os sexos (442). Torna-se necessário assim avançar para uma “moral única”, que se traduzirá afinal no alargamento às mulheres da *mesma* liberdade de que gozam já os homens e fará nascer um novo tipo de mulher. Esta mulher não é, adverte-nos Brasil, a “mulher masculinizada, feminista, que pelas suas atitudes se cobriu de ridículo” (443); é antes aquela que, “consciente dos seus direitos e deveres sociais” (a companheira política), “[*conserva, ao mesmo tempo*] *todas as características do seu sexo*” (444, itálico meu). Isto é, a *novidade* parece consistir no empenhamento político ao lado (ou atrás) do homem-camarada e na disponibilidade sexual fora do casamento. Como se torna claro na secção do capítulo que dedica à nova moral sexual emergente entre a juventude na América, o que está em causa é que *as raparigas* ponham de parte, como o fizeram já no novo continente, “por um tácito acordo, o conceito da castidade *antenupcial* obrigatória” (449, itálico meu). *Antenupcial*. O casamento – heterossexual, claro – como destino social último das mulheres não é posto em causa por este “amor livre”. E o “homossexualismo” mais não é, nos discursos mais generosos, como é o de Jaime Brasil, do que “um narcisismo complexo.” (64) Nos anos 60, este continuava a ser o modelo dos meios “mais progressistas” e “mais avançados”.

Recordo que, no meu grupo de amigas da Universidade, uma das nossas “family jokes” era (continua a ser quando nos encontramos) “Ai se o Silva via!”. O Silva não é Silva, claro, mas é homem hoje importante e conhecido, por isso lhe dou pseudónimo. E o Silva tinha a mania de ver lésbicas em todo o lado. Não me lembro já se a primeira que ele viu – ou de que eu soube – foi depois de alguma tampa que levou. É possível, que ele era convencido. Mas o certo é que, duas raparigas juntas no café – eram lésbicas; duas que se rissem, ou se não rissem, ao mesmo tempo, da mesma piada – eram lésbicas; mulher que desse tampa – era lésbica; mulher que pusesse a mão no braço ou na cabeça de outra – era lésbica. A diferença entre o

<sup>14</sup> Para uma defesa do amor livre e um ataque cerrado à “himenologia” a partir de uma perspectiva feminista veja-se, também dos anos 30, a introdução e a conclusão de Alda de Azevedo ao seu “romance patológico contra a sensualidade egoísta dos homens e a favor da liberdade sexual da mulher”, *Virgindade ou a Comédia dos Sexos* (Lisboa, s.d.: 5-16; 109-136).

<sup>15</sup> A obra constituiu uma alternativa “resistente” aos manuais, na maior parte dos casos traduzidos, que, com a bênção da Igreja católica e a sanção do regime, foram sendo publicados e reeditados até aos anos 70 para “formação” sexual da juventude portuguesa. Jaime Brasil prefaciaria também a tradução portuguesa, publicada em 1933, de *Liberdade Sexual das Mulheres*, de 1923, do argentino Júlio R. Barcos, outra obra progressista que circularia nos mesmos meios de *A Questão Sexual* e que fora aliás uma das suas fontes.

Silva e os outros, era só que ele achava que tinha radar e fazia comentários sobre o assunto com mais frequência. No meu grupo a gente ria-se do Silva – olha se ele via! –, mas o “diz que disse” continuava, porque o Silva dizia e havia quem repetisse. E a importância das “reputações” que assim se “queimavam” era enorme. E nós sabíamos disso. Coimbra era uma terra de “carta anónima”. A minha mãe recebeu várias. E eu também. Era nos anos 60.

A juventude universitária “libertária” dos anos 70 continuava, nesta matéria, a não estar muito liberta dos modelos “clássicos”. Longe disso – basta vermos o tratamento dado à homossexualidade no «Questionário para reflectir» incluído no volume de 1970 *Homem//Mulher: Igualdade Radical*, de um grupo de jovens universitários e universitárias de Coimbra. Exemplos: “*Prostituição, homossexualidade, adultério*: achas que é possível abolir as diferenças e as hierarquias das classes sociais, *sem eliminar* aqueles factos?”; “Será que a prostituição é *melhor* ou *pior* do que a homossexualidade, só porque cai melhor ou pior na sociedade?»; ou ainda “A sociedade tradicional forjou pessoas distintas e distantes: *as tias solteironas*, os ministros religiosos, e os políticos!...Queres continuar a moldar-te por estes figurinos?” (34-35; 38, itálicos meus). Claro que as tias solteironas antecederam, nestes meios, as feministas radicais como eufemismo para lésbicas.

Quando várias mulheres lésbicas de mais de 50 anos ouvidas por São José Almeida se negaram a identificar-se como lésbicas [uma disse “eu não sou lésbica; eu gosto de dormir com mulheres e faço-o sem problemas” e uma outra “já viu o significado de lésbica nos dicionários dos anos 70? Eu vi. Era pervertida, eu nunca me considerei isso.” (*Homossexuais no Estado Novo*, 35)] é *também* destes discursos, e contra estes discursos que ainda estão a falar, na sua recusa de se deixar encaixar ou fechar numa categoria dita identitária.

Outro sentido completamente diferente, claro, têm os silenciamentos e ocultações higiénicas que Anna Klobucka (Klobucka, 2009) e Mónica Varese Andrade denunciam e a que São José Almeida dá o merecido destaque no capítulo 5 (“Mas isso existe?”) deste livro, e que consistem no apagamento, em textos académicos ou em estudos e biografias recentes (e recentes aqui quer dizer *deste século*), quer das mulheres lésbicas, quer do lesbianismo das mulheres. É o caso de fazer desaparecer a poeta Judith Teixeira da controvérsia da “Literatura de Sodoma” em 1923; ou da voluntária ocultação do lesbianismo, publicamente conhecido, de Virgínia Quaresma, ou do de Olga Morais Sarmiento, ou, ainda, do espantoso desaparecimento – entre dois livros da mesma autora – de Maria Evelina de Sousa da biografia de Alice Moderno. Podiam-se acrescentar outros casos, como seja o silêncio dos textos biográficos sobre a relação que Virgínia de Castro e Almeida manteve com a escultora modernista Pamela Boden (sim, a da exposição surrealista de 1940 com António Pedro e António Dacosta) e que até agora só foi tratada no belíssimo romance que Filomena Marona Beja lhe dedicou, *A Duração dos Crepúsculos* (D. Quixote, 2006). Trata-se, naqueles exemplos, de negar a estas mulheres as vidas que tiveram e que – em todos estes casos que enumerei –, não se preocuparam particularmente em esconder ou camuflar; e negar o que elas não negaram é amputar da sua história uma parte importantíssima da sua vida afectiva e profissional em nome de – com toda

a franqueza, nem sei bem dizer em nome do que poderá ser. Muitas vezes é ignorância crassa; noutras será a higiene de que falei no início. Porque como escreve Dee Pryde, quer o “hetero-patriarcado”, quer o “homo-patriarcado” se não finaram ainda. A higiene é também ignorância; mais sexismo e lesbianofobia.

Diferentes ainda serão outras situações – muitos Silvas andaram por aí com radar (se calhar ainda andam alguns) a ver “viciosas” e/ou “frustradas” em todo o lado. É pelo sexo, pela sexualidade, que primeiro se atacavam – que primeiro se atacam – as mulheres. E outros Silvas – ou os mesmos –, impenitentes *voyeurs*, continuam a não ter melhor fantasia do que imaginar mulheres juntas. Juntas, só podem estar a fazer sexo. De outro lado ainda, estão muitos “herdeiros” e “herdeiras” que tutelam a memória de mulheres que amaram mulheres, de mulheres que se relacionaram sexualmente e afectivamente com mulheres e que, guardiães da “boa moral”, negarão veementemente esses factos. Basta um saltinho à blogosfera para apanhar já a correr, a propósito deste livro, peremptórios desmentidos. Testemunhos em segunda ou terceira mão são, neste domínio, sempre de tomar com cautela.

É também no cuidado posto no tratamento deste tipo de testemunhos, no procurar a distância certa do “diz que disse”, que *Homossexuais no Estado Novo* é um livro exemplar. Tenho a certeza de que dará a muitas pessoas a vontade de falar. De contar as suas histórias. São José Almeida diz-nos na Introdução que foi a recepção à sua reportagem publicada na revista de domingo do *Público*, em Julho de 2009, que a empurrou para este livro. Não tenho dúvidas nenhuma de que a recepção a este livro, “inacabado” como lhe chamou, vai trazer o impulso para o próximo. Eu, pela minha parte, já estou à espera do episódio seguinte. Entretanto, São José, muito obrigada por este. Pelo prazer que me deu. Pelas emoções que me trouxe. E pelo que me fez pensar.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Graça (2001), “Homens, mulheres e mestras inglesas”, in Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro (orgs), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Afrontamento, 255-305.
- ALMEIDA, São José (2010), *Homossexuais no Estado Novo*, com prefácio de Teresa Pizarro Beleza, Lisboa, Sextante Editora.
- BONNET, Marie-Jo (2001), *Les Relations amoureuses entre les femmes: XVI<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Paris, Odile Jacob.
- COUTO, Teresa Sá (2009), “Imperecível «Sedução» de José Marmelo e Silava”, entrada de quarta-feira, 19 de Abril de 2009 em <http://comlivros-teresa.blogspot.com>.
- BRASIL, Jaime (1932), *A Questão Sexual*, Lisboa, Casa Editora Nunes de Carvalho.
- FADERMAN, Lillian (1981), *Surpassing the Love of Men*, London, Junction Books.
- Igualdade radical para a mulher*, Col. Nova Cultura 1, Coimbra, Livraria Almedina, 1970.
- KLOBUCKA, Anna M. (2009) “Summoning Portugal’s Apparitional Lesbians: a To-Do Memo” , Association of British and Irish Lusitanists, National University of Ireland at Maynooth, 11-12 September (comunicação).

- MONIZ, António Egas ([1900]1927), *A Vida Sexual*, 11ª edição novamente revista e aumentada, Lisboa, Casa Ventura Abrantes
- MURAT, Laure (2006), *La loi du genre: Une histoire culturelle du 'troisième sexe'*, Paris, Fayard.
- PRYDE, Dee (2010), "Lesbians in Twentieth-Century Portugal: Notes Towards History", p. 6, em <https://sites.google.com/site/deeprydept>
- SILVA, José Marmelo e ([1937] 1989), *Sedução*, 5ª ed., pref. de Arnaldo Saraiva, Lisboa, Caminho
- SILVA, José Marmelo e (1960), "Sedução: Como um argumento de Ballet", in *Diário de Lisboa*, supl. Vida Literária, 11 Agosto 1960. repr. em <http://josemarmeloesilva.com/entrevista07.html>
- VELEDA, Maria (1909), *A Conquista*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho